



A MORTE E A MORTE DE MARIELLE FRANCO



O assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson colocou em xeque a política de militarização do Estado. A reação popular de indignação ultrapassou todas as fronteiras. Um crime político cometido contra uma atuante vereadora negra, lésbica, moradora e defensora dos direitos dos moradores de favela não poderia mesmo ficar nas fronteiras cariocas. A reação foi imediata, nas ruas e nas instituições que defendem a democracia.

No dia seguinte, mais de 50 deputados do Parlamento Europeu defenderam a suspensão “imediata” das negociações do acordo comercial com a União Europeia. Documento divulgado por 51 europarlamentares afirmava que: “A política de segurança do Governo brasileiro e do Estado do Rio

de Janeiro, baseada essencialmente no aumento da presença de corpos policiais e militares (e que culminou na intervenção do Exército brasileiro), não fez mais do que agravar o clima de violência no país”

No mesmo dia, na ONU, participantes de um encontro sobre os direitos da mulher fizeram um minuto de silêncio em respeito à vereadora.

Manifestações em várias cidades brasileiras e também em Portugal, Alemanha, Inglaterra, França, Canadá ocuparam as ruas exigindo apuração imediata e denunciando o autoritarismo do estado brasileiro.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostrou que a reação dos internautas sobre este crime superou, em número, até as postagens do dia do impeach-

ment. O mapa de interações mostrou que pouco mais de 7% criticavam a esquerda, e cobravam aumento da força policial na cidade.

A reação da reação também foi rápida. Após a divulgação dos protestos contra este crime político que escancarou a quebra da institucionalidade que ronda o país, começou a circular pela internet informações sobre um possível envolvimento da vereadora com o crime organizado. Repercutido por uma desembargadora e um deputado federal, a calúnia cresceu na rede graças a pessoas comuns que repercutiram informações falsas geradas por militantes de direita. Imediatamente, o PSol entrou com ação contra estas calúnias, que tentam matar desta vez o caráter de Marielle.

Leia mais na página 3.

PETROS: NOVAS AÇÕES QUESTIONAM DESCONTO

Já são 29 ações que tramitam na justiça contra o desconto extraordinário, segundo o presidente da Petros, Walter Mendes. Enquanto a Ação Civil Pública impetrada pelo Sindipetro-RJ segue no aguardo de um deferimento de mérito, diversas associações e sindicatos petroleiros ingressam com ações civis públicas para reverter o desconto extraordinário que começou a ser aplicado a partir do dia 10 de março, pelo Sistema Petrobrás. Diversas liminares já foram conquistadas.

No Rio de Janeiro, a ação foi encaminhada pela juíza responsável do caso ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para um parecer urgente sobre a suspensão do desconto extraordinário da Petros no âmbito da base do Sindipetro-RJ.

“As ações jurídicas que já impetramos nos deram até agora resultados contraditórios. Precisamos pressionar ainda mais para que os juízes se sintam compelidos a fazer justiça. Mas, infelizmente, a conjuntura desfavore-

rável que se mantém está nos prejudicando bastante. As iniciativas jurídicas são um assessorio fundamental nesse processo, mas a postura inerte da justiça não está nos ajudando em muitos casos. Por esse motivo, a coordenação do Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, que reúne FNP, Fenaspe e GDPAPE resolveu intensificar as ações políticas nesse próximo período” – diz Ronaldo Tedesco, em artigo publicado em <https://goo.gl/sf2PZg>.

CANDIDATO DA FNP VENCE NO CA DA PETROBRÁS

Eleito pelos petroleiros e petroleiras para representar a categoria no Conselho de Administração (CA) da Petrobrás, Christian Queipo aposta na visão de uma empresa integrada de energia e pautará seu mandato na luta por uma estratégia sustentável de integração vertical da cadeia de negócios da Petrobrás, além de denunciar as graves consequências que o Plano de Negócios e Gestão idealizado pelo presidente Pedro Parente e seus diretores poderá gerar para o futuro da empresa, dos petroleiros e para o desenvolvimento nacional. Com o apoio do Sindipetro-RJ, da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), da Federação Nacional do Petroleiros (FNP) e seus sindipetros, Christian obteve 53,15% dos vo-

tos, derrotando Danilo Silva, candidato da Federação Única dos Petroleiros (FUP), na maioria dos locais de votação, incluindo algumas bases fupistas. Engenheiro químico e trabalhador na Petrobrás desde 2007, o novo conselheiro defende um mandato participativo. O Sindipetro-RJ defende a realização de plenárias do mandato para estabelecer um canal direto com as bases. Durante o processo, o sindicato denunciou o caráter antidemocrático e restritivo tanto das normas para as candidaturas à eleição do C.A., como da participação em determinados temas por força do regimento do Conselho. Essa vitória representa o sentimento da maioria dos trabalhadores de que o caminho tem que ser a defesa da Petrobrás 100% estatal,

integrada do poço ao posto e indutora do desenvolvimento nacional. Em recente entrevista à revista Brasil Energia, Queipo aponta entre os eixos centrais de sua futura atuação no Conselho, a reavaliação do Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás. Ele é contra a diretriz atual no tocante aos desinvestimentos, e a forma de gestão dos grandes empreendimentos da companhia. Também criticou a ausência de uma estratégia que devolva à Petrobrás o papel de impulsionadora do desenvolvimento nacional, em oposição à visão financista que tornará a companhia "cada vez mais dependente das empresas estrangeiras". "Nenhum país se desenvolveu exportando petróleo por multinacionais", afirma Christian.

PETROBRÁS INOVA COM CATRACA EM BANHEIRO



E ao invés de estimular este meio de transporte - para ser coerente com sua dita política de estimular ações em defesa do meio ambiente, diminuindo a quantidade de dióxido de carbono "emitida" pelo trabalhador no momento de deslocamento para a empresa - cria uma política para desestimular seu uso.

Em visita ao Edifício Senado, onde o Sindipetro-RJ recebeu denúncias de instalação de catracas, trabalhadores relataram que os minutos passados nos vestiários ainda não estão sendo descontados do STIF, mas logo começarão a ser.

Ir para o trabalho de bicicleta em uma cidade como o Rio e Janeiro, com altas temperaturas, implica necessariamente na necessidade de um banho ao chegar à empresa. É um direito, não uma regalia.

Além disso, algumas pessoas usam tais vestiários apenas como banheiro, o que neste caso fere a legislação, pois o tempo gasto pelo empregado no banheiro não pode ser descontado. Trata-se de uma medida mesquinha. O que a Petrobrás pretende agora? Instalar controle de acesso aos outros banheiros e refeitórios?

Não espanta o fato de a empresa estar fugindo da realização de novas pesquisas de ambiência.

De mansinho, a Petrobrás vai aos poucos aproveitando as brechas da reforma trabalhista para atacar o que parece ser seu maior inimigo: a força de trabalho. Contrariando tudo o que alardeou durante as negociações do acordo coletivo, quando dizia que não aplicaria a reforma trabalhista a seus empregados, a mais nova investida contra os trabalhadores é a instalação de catracas nos vestiários, que agora só são acessíveis passando o crachá.

Os vestiários são utilizados por pessoas que chegam de bicicleta ou mesmo a pé.

COMPERJ: ASSEMBLEIA

Convocamos para esta sexta-feira (23), a partir das 7h15, na Portaria Sul, os trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro para deliberar sobre as compensações de folgas na unidade. Os trabalhadores devem decidir a melhor forma de cumprir os horários.

Sua presença é importante, compareça!

NÃO PERCA:

Novo Caminho é de pedra

Cachoeira das Almas Domingo 25/03

Inscrições: marcosdias@sindipetro.org.br

Sindipetro RJ - FNP
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

Inscrições: marcosdias@sindipetro.org.br

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

(21) 3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinícius | (21)3034-7307/7337 |

Edição e Redação: Claudia de Abreu (MTb 17.081-RJ)

Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ).

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias. | **Projeto Gráfico:** Caio Amorim

Ilustrações: Luís Cláudio (Mega). | **Fotos:** Samuel Tosta. **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000

CADÊ A PLR? FOI PARA OS EUA

O balanço divulgado pela Petrobrás no dia 15 mostrou que mesmo com a redução dos investimentos na empresa e com o sucateamento das unidades em operação, os trabalhadores conseguiram mais do que dobrar o lucro operacional da companhia: R\$ 35,6 bilhões versus R\$ 17,1 bilhões, em 2016. O resultado negativo no último ano foi fruto da política entreguista da direção da Petrobrás, expressa através do questionável pagamento antecipado e ampliado de R\$ 11,2 bilhões aos acionistas de Wall Street, da adesão ao programa de regularização de débitos federais (Refis) no valor de R\$ 10,4 bilhões e, novamente, das baixas contábeis (impairments) consideradas (R\$ 3 bilhões). Os petroleiros fizeram sua parte e se desdobraram para manter a produção da empresa, mesmo diante de um cenário de redução do efetivo próprio e contratado, além das tensões internas causadas pelas reduções nos salários e benefícios dos trabalhadores terceirizados.

O resultado deste balanço indica o impacto do crescimento do processo de desmonte, transformando um

excelente desempenho em prejuízo, às custas da transferência do lucro petroleiro para outros grupos.

PLR do desmonte - A referência para o cálculo de PLR também é questionável. A expressão escrita no ACT "pago no exercício anterior" se refere ao último contracheque de PLR. O exercício anterior não seria, portanto, o "exercício imediatamente anterior", e então cumprir o ACT significaria pagar a metade de uma remuneração + a metade da PLR de 2014. Além disso, a regra de 2,5 referente a relação entre a menor e a maior PLR não pode ser quebrada porque garante uma PLR mais linear.

Além de tudo isso, é importante registrar que o Sindipetro-RJ sempre lutou contra a remuneração variável porque ela é discriminatória e não compõe o salário real, entre outros problemas. Os aposentados, por exemplo, nada recebem. E em um setor onde o retorno dos investimentos acontece ao longo dos anos: descoberta, prospecção etc, é absurdo que trabalhadores que participaram de ações que hoje geram lucro para a empresa não recebam nada por isto.

DINÂMICA DE DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO OPERACIONAL:

50,6%: R\$ 11.198 mi => Acionistas americanos (Class Action)

47,2%: R\$ 10.433 mi => Governo brasileiro (Receita Federal)

2,2%: R\$ 487 mi => PLR trabalhadores (Que geraram esses valores)

NÃO COMPARTILHE MENTIRAS

Como reação à campanha difamatória, neste final de semana, além de muitas manifestações de solidariedade, familiares de policiais assassinados e até um ex chefe do Estado Maior das Forças Armadas escreveram pelas redes depoimentos contando momentos em que Marielle Franco os ajudou na qualidade de integrante da comissão de direitos humanos da Câmara de Vereadores. Ela era a relatora da Comissão da Intervenção na Câmara do Rio de Janeiro.

O Sindipetro-RJ esteve na vigília durante a manhã na Cinelândia e

no ato realizado no final do dia 15. O sindicato, junto com outras entidades do país e do mundo, entende que defender Justiça para Marielle e Anderson é defender o estado democrático de direito e os humanos direitos dos trabalhadores brasileiros. (Vigília na Cinelândia <https://goo.gl/rbQ6EU>; Ato na Maré <https://goo.gl/2GDsJp>; Ato no Rio <http://bit.ly/2G6hjfN>)

Não compartilhe mentiras - Se você vir alguma difamação ou atentado à memória de Marielle Franco, encaminhe print ou link dos posts para: evelyn@ejsadvogadas.com.br

AGENDA DA SEMANA

3ªf - 20/03 - 14h	Reunião da FNP no SINDIPETRO-RJ
5ªf - 22/03 - 9h	CIPA-CENPES - Apresentação PPRA
REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO DO ACT NO EDISE	
4ªf - 21/03 - 9h30	ACT e Regime de Trabalho
4ªf - 21/03 - 15h	AMS
5ªf - 22/03 - 9h30	Terceirização
5ªf - 22/03 - 14h	SMS
6ªf - 23/03 - 10h	Comissão de Anistia
6ªf - 23/03 - 14h	Benefício Farmácia

DEMISSÃO NA NOVA RIO

Após dois meses com atrasos de salário e benefícios dos trabalhadores recepcionistas terceirizados, com muita mobilização e pressão, a Petrobrás rescindiu o contrato com a empresa Fórmula e realizou um novo contrato com a Nova Rio. Mas um dos trabalhadores mais ativos na luta por seus direitos foi demitido sem explicações, gerando suspeitas de perseguição política. O Sindipetro-RJ exige da gerência do contrato uma explicação, já que os postos de trabalho no setor já foram cortados nas sucessivas mudanças contratuais. Exigimos a volta dos recepcionistas aos seus pontos de trabalho!



INTERVENÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

SINDIPETRO-RJ integra a FRENTE CONTRA A INTERVENÇÃO MILITAR FEDERAL NO RIO DE JANEIRO e chama petroleiros diretos e terceirizados a aprofundarmos a análise e buscarmos soluções sobre este tema crucial para toda a classe trabalhadora. Um debate sobre este tema será realizado dia 3 de abril às 18h, no auditório do Sindipetro-RJ.

Com a crise econômica e desemprego elevado no RJ, a rejeição popular atingindo níveis recordes, isolamento político agravado pelo insucesso da contrarreforma previdenciária e ainda mantendo pretensões eleitorais, Temer e o MDB adotam este recurso pirotécnico para buscar dar respostas a anseios populares legítimos derivados do crescente problema da violência.

A intervenção, surgida literalmente de uma reunião de marqueteiros da presidência, é apenas uma falsa sensação de combate à criminalidade e, na verdade, aumento da repressão nas comunidades mais pobres, que hoje vivem a violência imposta pelo tráfico, milícias, polícia e, agora, o (no mínimo, inadequado e despreparado) exército.

Longe de ter a intenção de resolver o problema da violência do estado do Rio de Janeiro, as causas fundamentais da intervenção militar encontram explicações em motivações políticas. Entre outras razões, a máfia governante busca manter sua impunidade pós-mandato.

Faz-se urgente encararmos de frente temas sensíveis e polêmicos como a descriminalização das drogas (e o consequente fim da guerra por territórios e os rios de dinheiro sobrando para a corrupção), o fim da Polícia Militar (e a instituição de uma única, civil e investigativa polícia), o direito à participação na organização de sua segurança pelas comunidades e vários outros temas que podem, radicalmente, e não como perfumaria, mudar as estruturas que facilitam o crime dos traficantes, das milícias e de colarinho branco. Isso, sem falar, obviamente, de uma política social que permita os jovens, negros, favelados, a terem alternativas mais concretas de educação, trabalho etc. Para debater tudo isso o Sindicato convocará assembleias sobre estes temas.

A intervenção militar é uma medida de exceção, autoritária e grave, que se insere na gradativa militarização da segurança pública, mas não ataca as causas (econômico-sociais) do problema e muito menos adota soluções estratégicas e de potencial perene.



Não há qualquer esforço para combater as desigualdades sociais, a segregação, os profundos problemas de educação, saúde, transporte e falta de acesso à cultura e ao esporte. Esse baril de pólvora ao qual a população fluminense é submetida é tratado somente como caso de polícia, tendo sempre como resposta a repressão obtusa, que gera ainda mais revolta. É óbvio que a violência no Rio de Janeiro é um problema grave, que atinge principalmente os trabalhadores e a população mais pobre, mas a verdadeira solução jamais virá por meio da militarização da cidade. Essa solução foi a mais aplicada nos últimos quinze anos, sem qualquer efeito que representasse uma mudança real na vida das pessoas comuns.

Sendo fiel ao pensamento escravocrata que forjou na sociedade brasileira a visão de segmentação de pessoas em função de sua condição financeira, o governo parte do princípio que a violência nasce e, portanto, deve ser reprimida, no seio das favelas e comunidades carentes. Finge-se desconhecer que os criminosos do “colarinho branco”, muitos dos quais empresários, banqueiros, ruralistas ou que têm assento nos parlamentos. São os verdadeiros orquestradores das condições que culminam com o nascimento de um traficante ou bandido em uma das várias comunidades pobres do Rio de Janeiro, bem como do Brasil afora.

Fecham-se os olhos diante dos helicópteros carregados de drogas ou do comércio ilegal que também ocorre em condomínios de luxo de bairros nobres, onde, vez por outra, uma morte suspeita gera um escândalo rapidamente abafado. Os mesmos financiadores do império das drogas, sempre acompanhado pelo tráfico de armas e muitas vezes até de pessoas, lançam-se hipocritamente ao lado de gente de boa fé no discurso de guerra ao narcotráfico e

combate à violência, mantendo ocultas as fortunas que ajuntam no processo e mascarando os resultados pífiros que tal “combate” consegue obter.

Sob forte propaganda e intensa omissão quanto às causas reais dos problemas do estado, a medida encontrou terreno fértil diante da crise estabelecida como consequência de anos de gestões, não por acaso, do mesmo partido que tomou de assalto o Palácio do Planalto: chegamos a um governo estadual decorativo e decadente diante da ruína da cúpula do PMDB/RJ, desmoralizada pela Lava Jato. O saldo da farra rentista e corrupta é conhecido: os atrasos nos salários dos servidores, a crise institucional, a decadência econômica, as batalhas campais em frente à Alerj e o retrocesso sem precedentes nos já precários serviços públicos.

Mais uma vez, figura o Rio como laboratório para experiências de reformas do capital, desde o choque de grandes obras e rearranjos urbanísticos mal conduzidos, tendo como pano de fundo os megaeventos internacionais, até as iniciativas de “soluções” milagrosas e espetaculosas para “resolver” o problema crônico e crescente da segurança pública.

Aliada à tática eleitoreira, a medida converge para uma inevitável intensificação da segregação do espaço dos pobres, limitando seu direito à cidade mediante opressão e desrespeito. As elites temem uma rebelião social gerada pelo agravamento da crise capitalista e como sempre desejam se encastelar na “casa grande”. Trata-se de proteger o patrimônio dos mais ricos e neutralizar qualquer ação de protesto e ocupação de espaço dos mais atingidos pela violência urbana, isto é, as favelas e bairros mais pobres.